



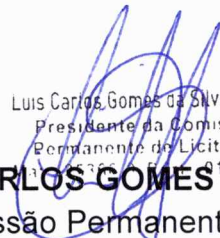
**ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

DESPACHO

Considerando que a servidora **ELIZANGELA LIMA ALENCA, Mat. 408905**, responsável pelo acompanhamento do **PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 02.04.00.0079/2025, Pregão Eletrônico nº 014/2025** cujo objeto é: Registro de Preços para eventual e futura contratação de empresa especializada no fornecimento de materiais de expediente e de escritório, para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Imperatriz-MA, encontra-se em gozo de férias regulares no período de 08/12/2025 à 22/12/2025.

Designo a servidora **HAYENDA BRITO SOARES, Mat. 40.7283-1**, para assumir temporariamente a responsabilidade pelo andamento e demais tratativas relacionadas ao referido processo, até o retorno da titular, a fim de garantir a continuidade dos trabalhos sem prejuízo ao trâmite administrativo.

Imperatriz-MA, 08 de Dezembro de 2025.


Luis Carlos Gomes da Silva Júnior
Presidente da Comissão
Permanente de Licitação

LUIS CARLOS GOMES DA SILVA JÚNIOR
Presidente da Comissão Permanente de Licitação de Imperatriz/MA
Portaria nº 014/2025



ESTADO DO MARANHÃO
Prefeitura Municipal de Imperatriz
Comissão Permanente de Licitação

DECISÃO DE RECURSO ADMINISTRATIVO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 02.04.00.0079/2025

PREGÃO ELETRÔNICO – SRP Nº 014/2025

OBJETO: Registro de Preços para eventual e futura contratação de empresa especializada no fornecimento de materiais de expediente e de escritório, para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Imperatriz-MA.

Recorrente: COMASA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA.

Recorridas: Prefeitura Municipal de Imperatriz / Agente de Contratação.

Assunto: Decisão sobre Recurso Administrativo – Manutenção da Desclassificação por Inexequibilidade.

I – RELATÓRIO

Trata-se de Recurso Administrativo interposto tempestivamente pela empresa **COMASA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 12.088.738/0001-31, com fundamento legal no art. 165, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, insurgindo-se contra a decisão administrativa proferida pela Ilustríssima Pregoeira no âmbito do Pregão Eletrônico SRP nº 014/2025.

A decisão ora combatida culminou na desclassificação da proposta da Recorrente em relação a uma vasta gama de itens, especificamente os itens **02, 12, 13, 32, 37, 47, 50, 55, 58, 59, 60, 62, 63, 71, 72, 78, 80, 81, 82, 85, 90, 91, 96, 100, 104, 105, 107, 108, 109, 112, 113, 115, 124, 140, 147, 148, 152, 153, 154, 156, 168, 169, 171 e 176**. A motivação do ato administrativo decisório, conforme registrado em ata e transcrito pela própria Recorrente, fundou-se na premissa de que a "EMPRESA NÃO APRESENTOU COMPROVAÇÃO DE EXEQUIBILIDADE CONFORME SOLICITADO VIA CHAT", bem como no fato de que a composição de custos apresentada evidenciaria "valores de lucro



ESTADO DO MARANHÃO
Prefeitura Municipal de Imperatriz
Comissão Permanente de Licitação

negativos", o que tornaria a proposta incoerente e inviabilizaria a justificativa de exequibilidade.

Em suas razões recursais, a Recorrente alega, em síntese, que participou regularmente do certame apresentando propostas que considera "competitivas, economicamente viáveis e absolutamente compatíveis com os preços praticados no mercado". Sustenta que a decisão de desclassificação foi proferida "em massa", sem uma análise pormenorizada e individualizada dos itens, ignorando as planilhas de composição de custos e Notas Fiscais enviadas que, segundo sua ótica, demonstrariam lucros positivos.

Ademais, a Recorrente invoca princípios jurídicos e doutrinários, argumentando que a desclassificação por inexecutabilidade deve ser medida excepcional e baseada em dados concretos, não em meras presunções. Cita a jurisprudência do Tribunal de Contas da União (TCU) e dispositivos da Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações) para defender a presunção de exequibilidade de suas ofertas e a necessidade de se privilegiar a "proposta mais vantajosa" e o "formalismo moderado".

Não foram apresentadas contrarrazões pelos demais licitantes no prazo legal.

É o relatório sucinto dos fatos. Passa-se à fundamentação analítica e à decisão.

II – FUNDAMENTAÇÃO E ANÁLISE

A análise do mérito recursal exige um escrutínio minucioso dos fatos à luz dos princípios da Administração Pública, notadamente a vinculação ao instrumento convocatório, a isonomia, a economicidade e a segurança jurídica da contratação. A controvérsia cinge-se à exequibilidade dos preços ofertados e à suficiência da demonstração técnica apresentada pela licitante quando diligenciada.



ESTADO DO MARANHÃO
Prefeitura Municipal de Imperatriz
Comissão Permanente de Licitação

1. Da Presunção de Inexequibilidade e da Vinculação Estrita ao Edital

Primordialmente, é imperioso destacar que a Administração Pública, ao conduzir um certame licitatório, está estritamente vinculada às regras preestabelecidas no Edital. No caso em tela, o **Edital do Pregão Eletrônico SRP nº 014/2025**, em seus Critérios Específicos da Contratação e no item **10.10**, estabelece uma regra objetiva e clara para a identificação de propostas presumivelmente inexequíveis.

O Edital dita, inequivocamente, que:

"No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores ao percentual indicado no preâmbulo deste Edital do valor orçado pela Administração.". E especifica no preâmbulo: *"Propostas com valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração".*

Ao analisar os itens desclassificados, verifica-se que os descontos ofertados pela Recorrente foram agressivos e, em muitos casos, situaram-se drasticamente abaixo do patamar de 50% do valor estimado, atraindo a incidência imediata da presunção de inexequibilidade.

Tomemos como exemplo, extraído da própria planilha da Recorrente e do Termo de Referência:

- **Item 168 (Régua Plástica 50cm):** O valor estimado pela Administração é de **R\$ 4,51**. A Recorrente ofertou **R\$ 2,21**. O valor ofertado é inferior a 50% do estimado.
- **Item 55 (Elástico amarelo):** O valor estimado é **R\$ 34,86**. A Recorrente apresentou Nota Fiscal com custo de aquisição de **R\$ 4,92** e venda a **R\$ 15,20**. Embora o preço de venda pareça cobrir o custo da NF, o desconto em relação ao estimado é abissal (aprox. 43% do valor de referência), exigindo comprovação robusta de todos os custos indiretos.



ESTADO DO MARANHÃO
Prefeitura Municipal de Imperatriz
Comissão Permanente de Licitação

- **Item 156 (Pistola de Cola Quente):** Valor estimado **R\$ 26,90**. A Recorrente indica custo de aquisição de **R\$ 10,00** e venda a **R\$ 13,20**. A margem bruta é extremamente exígua para cobrir tributos, encargos e logística.

A atuação da Pregoeira, ao identificar tais discrepâncias e solicitar a comprovação de exequibilidade, não foi um ato de arbitrariedade, mas de estrito cumprimento do dever de diligência previsto no **item 10.10.1 do Edital** e no **art. 59, inciso IV da Lei nº 14.133/2021**.

2. Da Insuficiência da Comprovação de Custos e da Realidade Operacional

A Recorrente alega que as planilhas enviadas comprovam a exequibilidade. Contudo, uma análise técnica aprofundada das planilhas anexas ao recurso revela a fragilidade da composição de preços apresentada, corroborando a decisão de desclassificação.

O Item 13.1 do Termo de Referência é cristalino ao exigir que:

"Os preços propostos deverão incluir todos os custos diretos e indiretos, inclusive os resultantes da incidência de quaisquer fretes, impostos, taxas, contribuições ou obrigações trabalhistas, fiscal e previdenciário a que estiver sujeito, e demais custos que incidam, direta ou indiretamente, na execução do objeto a ser contratado".

Ao examinar as planilhas da Recorrente, observa-se que, em diversos itens, a margem de lucro líquido indicada é irrisória ou matematicamente inconsistente quando confrontada com a realidade logística da contratação. A simples subtração entre "Preço de Aquisição" (conforme Nota Fiscal antiga) e "Preço Ofertado" não constitui prova de exequibilidade. É necessário demonstrar como a empresa suportará:

1. **Custo do Frete:** O edital exige entrega parcelada em **10 dias** após a solicitação, no município de Imperatriz/MA. Entregas fracionadas



ESTADO DO MARANHÃO
Prefeitura Municipal de Imperatriz
Comissão Permanente de Licitação

aumentam exponencialmente o custo logístico, diluindo margens de lucro apertadas.

2. **Impostos:** A planilha deve refletir a carga tributária real incidente sobre o faturamento.
3. **Custos Operacionais/Administrativos:** Armazenamento, pessoal, garantias e riscos do negócio.

A decisão recorrida apontou acertadamente que a composição evidenciava "valores de lucro negativos" ou incoerentes. Mesmo que a planilha da Recorrente mostre, no papel, um "Lucro Líquido" positivo de centavos (ex: R\$ 0,04 no Item 5; R\$ 0,01 no item 25), tais valores são estatisticamente insignificantes para garantir a sustentabilidade do contrato frente a qualquer variação de mercado ou custo imprevisto.

Aceitar propostas com margens de lucro virtualmente inexistentes (inferiores a 1% ou meros centavos) coloca em risco a Administração Pública, pois a probabilidade de inexecução contratual — ou de pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro logo após a assinatura da Ata — é elevadíssima. O princípio da "proposta mais vantajosa" não significa apenas o menor preço nominal, mas o menor preço **exequível e sustentável**.

3. Da Ausência de "Desclassificação em Massa" Arbitrária

Não procede a alegação de que houve desclassificação genérica. A recorrida analisou os documentos enviados e constatou que a metodologia de formação de preços da Recorrente era sistemicamente falha. Se a mesma premissa de cálculo (custo de aquisição + margem ínfima = preço ofertado) foi utilizada para todos os itens, e se essa premissa se mostrou insuficiente para cobrir os custos reais (diretos e indiretos) exigidos pelo Edital, a consequência lógica é a rejeição de todos os itens afetados por esse vício na formação do preço.

O dever da Administração é selecionar a proposta apta a ser cumprida. A Recorrente falhou em demonstrar, de forma cabal, que possui



ESTADO DO MARANHÃO
Prefeitura Municipal de Imperatriz
Comissão Permanente de Licitação

condições de entregar os produtos em Imperatriz/MA, de forma parcelada, arcando com todos os ônus tributários e trabalhistas, pelos preços aviltados que ofertou (muitos com descontos superiores a 60% ou 70% do estimado).

4. Da Legalidade e da Jurisprudência do TCU

A decisão encontra amparo na Lei nº 14.133/2021, que em seu art. 11 destaca a necessidade de a licitação assegurar a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso, inclusive no que se refere ao ciclo de vida do objeto. Friso que a apresentação de proposta inexequível afronta o princípio da isonomia, ao estabelecer preço incompatível com os custos reais e colocar em desvantagem os licitantes que ofertaram valores condizentes com o mercado.

O TCU, no **Acórdão 1.211/2021 – Plenário**, suscitada pela recorrente, embora defenda a oportunidade de defesa (que foi concedida via chat, conforme admite a própria Recorrente ao citar a solicitação), não obriga a Administração a aceitar justificativas frágeis ou matemáticas que não se sustentam na prática comercial. A diligência foi realizada, e a resposta da licitante foi considerada insatisfatória técnica e economicamente.

III – DECISÃO

Ante o exposto, considerando a análise detida dos autos, a legislação vigente e os princípios que regem a licitação pública:

CONHEÇO do Recurso Administrativo interposto pela empresa **COMASA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA**, por ser tempestivo e preencher os requisitos de admissibilidade.

No mérito, **NEGO-LHE PROVIMENTO**, mantendo integralmente a decisão que desclassificou a Recorrente nos itens **02, 12, 13, 32, 37, 47, 50, 55, 58, 59, 60, 62, 63, 71, 72, 78, 80, 81, 82, 85, 90, 91, 96, 100, 104, 105, 107, 108, 109, 112, 113, 115, 124, 140, 147, 148, 152, 153, 154, 156, 168, 169, 171 e 176**.

A decisão fundamenta-se na constatação de que:



ESTADO DO MARANHÃO
Prefeitura Municipal de Imperatriz
Comissão Permanente de Licitação

1. Os preços ofertados situam-se em patamar de presunção de inexequibilidade (inferiores a 50% do estimado), conforme critério objetivo do Edital;
2. A documentação apresentada em diligência (planilhas e notas fiscais) foi analisada e considerada insuficiente para comprovar a viabilidade econômica da execução contratual, apresentando margens de lucro irrisórias ou negativas quando considerados todos os custos indiretos e logísticos obrigatórios pelo Termo de Referência;
3. A manutenção de propostas com tais características representaria risco iminente de inexecução contratual e prejuízo ao interesse público.

Encaminhe-se o processo à Autoridade Superior para apreciação e, concordando com os termos desta decisão, para a devida ratificação e homologação do certame.

Imperatriz/MA, 16 de dezembro de 2025.

HAYENDA BRITO SOARES

Pregoeira
Prefeitura Municipal de Imperatriz/MA



ESTADO DO MARANHÃO
Prefeitura Municipal de Imperatriz
Comissão Permanente de Licitação

DECISÃO DE RECURSO ADMINISTRATIVO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 02.04.00.0079/2025

PREGÃO ELETRÔNICO – SRP Nº 014/2025

OBJETO: Registro de Preços para eventual e futura contratação de empresa especializada no fornecimento de materiais de expediente e de escritório, para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Imperatriz-MA.

Recorrente: KELEDU INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS LTDA

Recorridas: Prefeitura Municipal de Imperatriz / Agente de Contratação

Assunto: Decisão sobre Recurso Administrativo – Manutenção da Desclassificação

I – RELATÓRIO

Trata-se de Recurso Administrativo interposto tempestivamente pela empresa **KELEDU INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº 19.590.049.0001/70, com fundamento legal no art. 165 da Lei nº 14.133/2021, insurgindo-se contra a decisão administrativa proferida pela Agente de Contratação no âmbito do Pregão Eletrônico nº 014/2025 (referenciado no recurso como 90014/2025), que culminou na desclassificação de sua proposta referente aos **Itens 92 (Grampeador para até 25 folhas) e 108 (Caixa de marcador de quadro branco)**.

A Recorrente alega, em apertada síntese, que a decisão de desclassificação sob a justificativa de "não comprovação de exequibilidade" foi equivocada e carente de amparo fático, sustentando que não houve a devida solicitação de manifestação via chat por parte da Pregoeira, o que, segundo sua ótica, configuraria cerceamento do direito de defesa e falha procedimental.

Ademais, a Recorrente argumenta que, na qualidade de fabricante dos produtos ofertados, detém total controle sobre a cadeia produtiva e de



ESTADO DO MARANHÃO
Prefeitura Municipal de Imperatriz
Comissão Permanente de Licitação

custos, o que lhe permitiria praticar preços inferiores aos de mercado sem que isso denote inexecutabilidade. Para corroborar suas alegações, acostou Notas Fiscais (NFs nº 2109 e 2139) na tentativa de demonstrar a viabilidade econômica dos valores arrematados — R\$ 9,83 para o item 92 e R\$ 16,49 para o item 108. Por fim, invoca os princípios da proposta mais vantajosa, da legalidade e do julgamento objetivo para requerer a reversão da desclassificação e o restabelecimento de sua empresa no certame.

Não foram apresentadas contrarrazões pelos demais licitantes.

É o relatório. Passa-se à fundamentação e decisão.

II – FUNDAMENTAÇÃO E ANÁLISE

A análise do mérito recursal deve pautar-se, impreterivelmente, nos princípios basilares da Administração Pública, notadamente a vinculação ao instrumento convocatório, a isonomia, a legalidade e a busca pela proposta mais vantajosa, porém exequível, garantindo a segurança jurídica da contratação.

1. Da Presunção de Inexecutabilidade e da Vinculação ao Edital

Inicialmente, cumpre destacar que a Administração Pública tem o dever de zelar pela executabilidade das propostas apresentadas, evitando preços irrisórios que possam resultar na inexecução futura do contrato, gerando prejuízos ao erário e à continuidade do serviço público.

Compulsando o Termo de Referência anexo ao Edital, verifica-se que o valor estimado para o **Item 92 (Grampeador)** é de **R\$ 24,09**, e para o **Item 108 (Marcador)** é de **R\$ 54,17**. A proposta da Recorrente para estes itens foi de **R\$ 9,83** e **R\$ 16,49**, respectivamente.

Uma análise aritmética simples revela que o valor ofertado para o Item 92 representa apenas **40,8%** do valor estimado, enquanto a oferta para o Item 108 corresponde a ínfimos **30,4%** do valor de referência da Administração.

Nesse contexto, impõe-se a aplicação rigorosa do **Item 10.10 do Edital**, que estabelece, com clareza solar, a presunção de inexecutabilidade para



ESTADO DO MARANHÃO
Prefeitura Municipal de Imperatriz
Comissão Permanente de Licitação

propostas com valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração. Vejamos o texto editalício:

"10.10. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores ao percentual indicado no preâmbulo deste Edital do valor orçado pela Administração."

E ainda, o critério objetivo descrito no item de Critérios Específicos da Contratação: *"Propostas com valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração"*.

Portanto, a atuação da Agente de Contratação ao desclassificar a proposta não foi um ato discricionário ou arbitrário, mas sim o estrito cumprimento do **Princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório**. Aceitar propostas tão discrepantes sem uma demonstração cabal e robusta de viabilidade seria ferir a isonomia perante os demais licitantes que formularam suas propostas baseadas na realidade mercadológica e nos custos reais de fornecimento.

2. Do Dever de Vigilância e da Comunicação Via Sistema

Quanto à alegação da Recorrente de que *"não houve qualquer solicitação via chat por parte da pregoeira"*, tal argumento não merece prosperar quando confrontado com a dinâmica do Pregão Eletrônico e as obrigações dos licitantes.

O Edital, em seu **Item 5.3**, é taxativo ao determinar a responsabilidade exclusiva do licitante em acompanhar as operações no sistema eletrônico:

"5.3. Cabe à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do presente procedimento de contratação, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão."



ESTADO DO MARANHÃO
Prefeitura Municipal de Imperatriz
Comissão Permanente de Licitação

Consta no chat que no dia 23 de setembro de 2025 e 14 de outubro de 2025 a pregoeira solicitou a comprovação de exequibilidade para os itens ora recorridos, e que nos termos da sua análise a recorrente não comprovou a exequibilidade.

A justificativa registrada em ata pela Pregoeira — *"EMPRESA NÃO COMPROVOU EXEQUIBILIDADE DA PROPOSTA, CONFORME SOLICITADO VIA CHAT"* — goza de presunção de legitimidade e veracidade, atributos inerentes aos atos administrativos. A alegação de desconhecimento da solicitação denota, na verdade, uma falha no dever de vigilância da própria Recorrente, que deve manter-se atenta ao sistema de mensagens durante toda a sessão pública, inclusive nas fases de diligência e julgamento. A Administração não pode ser penalizada pela desídia do licitante em monitorar os canais oficiais de comunicação do certame.

3. Da Insuficiência da Comprovação de Exequibilidade Apresentada

No mérito da exequibilidade, a Recorrente sustenta sua capacidade de fornecimento baseando-se no fato de ser fabricante e apresenta Notas Fiscais pretéritas. Contudo, tal documentação mostra-se insuficiente para ilidir a presunção de inexecução diante de descontos tão agressivos (superiores a 60% e 70% em relação ao estimado).

A formação do preço em licitações públicas não se resume ao custo de produção. O **Item 13.1 do Termo de Referência** determina expressamente que a proposta deve cobrir todos os custos diretos e indiretos:

"13.1. Os preços propostos deverão incluir todos os custos diretos e indiretos, inclusive os resultantes da incidência de quaisquer fretes, impostos, taxas, contribuições ou obrigações trabalhistas, fiscal e previdenciário a que estiver sujeito..."



ESTADO DO MARANHÃO
Prefeitura Municipal de Imperatriz
Comissão Permanente de Licitação

O fato de a empresa ser fabricante, por si só, não elimina os custos logísticos de transporte até o município de Imperatriz/MA, a tributação incidente sobre a venda, os encargos administrativos e a margem de lucro mínima necessária para a sustentabilidade do negócio.

As notas fiscais apresentadas (NF 2109 e 2139), embora indiquem valores praticados anteriormente, não demonstram a composição analítica de custos para esta contratação específica, com suas exigências de entrega parcelada, prazo de entrega de 10 dias, e local de entrega em Imperatriz/MA. A simples exibição de notas fiscais de venda para outros clientes não comprova que a empresa conseguirá suportar os custos operacionais e logísticos desta licitação específica mantendo o preço ofertado sem prejuízo da qualidade ou da execução contratual.

A aceitação de preço manifestamente inexecutável violaria o **Acórdão 1.211/2021 – Plenário do TCU**, bem como o art. 59, inciso III da Lei nº 14.133/2021, que veda a aceitação de propostas que não tenham sua exequibilidade demonstrada. A desclassificação, portanto, é medida que se impõe para resguardar a Administração de futuras inexecuções contratuais, alinhando-se ao princípio da segurança jurídica e da eficiência.

4. Da Prevalência do Interesse Público

O argumento de que a proposta da Recorrente é a "mais vantajosa" deve ser analisado com cautela. A vantagem para a Administração não reside apenas no menor valor nominal, mas na garantia de que o objeto será entregue conforme as especificações e prazos estipulados. Preços aviltados, abaixo de 50% do estimado, carregam um risco elevado de fracasso na entrega, o que frustraria o atendimento das necessidades das Secretarias Municipais descritas no Termo de Referência.

Manter a desclassificação não é excesso de formalismo, mas sim prudência administrativa e estrita legalidade, garantindo que a empresa



ESTADO DO MARANHÃO
Prefeitura Municipal de Imperatriz
Comissão Permanente de Licitação

contratada tenha, de fato, condições econômicas de honrar o compromisso assumido, conforme preconiza o art. 11, parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021 (função regulatória da licitação).

III – DECISÃO

Diante de todo o exposto, considerando a análise minuciosa dos fatos, a legislação aplicável, as regras editalícias vinculantes e a necessidade de resguardar o interesse público e a segurança da contratação, decido:

1. **CONHECER** do Recurso Administrativo interposto pela empresa **KELEDU INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS LTDA**, por ser tempestivo e atender aos pressupostos de admissibilidade;
2. No mérito, **NEGAR-LHE PROVIMENTO**, mantendo inalterada a decisão de desclassificação da Recorrente em relação aos **Itens 92 e 108**, uma vez que os preços ofertados situam-se em patamar de inexequibilidade presumida (inferiores a 50% do valor estimado) conforme critérios do Edital, e a licitante não logrou êxito em demonstrar, de forma cabal e analítica, a viabilidade de sua proposta, tampouco afastou a validade da comunicação realizada via sistema, cujo acompanhamento era de sua inteira responsabilidade.

Desta maneira, submeto a presente decisão à autoridade superior competente para apreciação e, concordando com os termos, a devida ratificação e homologação do certame.

Imperatriz/MA, 16 de dezembro de 2025.

HAYENDA BRITO SOARES
Pregoeira
Prefeitura Municipal de Imperatriz/MA